

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	xi
PREFÁCIO	xxvii
APRESENTAÇÃO	xxxix

CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL

1. DAS ORIGENS	1
2. O DIREITO PROCESSUAL CIENTÍFICO	5
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL NO BRASIL	6
3.1 Ordenações do Reino	6
3.2 Regulamento 737 e Consolidação de Ribas	6
3.2.1 Importância do Regulamento 737	7
3.3 Código de Processo Civil de 1939	9
3.3.1 Modificações trazidas pelo CPC de 1939	10
3.3.2 Princípio da oralidade no CPC de 1939	11
4. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	12

CAPÍTULO 2 – PROPEDEÚTICA PROCESSUAL E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. SOCIEDADE, CONFLITOS E INSATISFAÇÕES	17
---	----

2. MÉTODOS PRIMITIVOS E MEIOS PROPÍCIOS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS	17
3. CONTROLE JURISDICIONAL INDISPENSÁVEL	20
4. FUNÇÃO ESTATAL NA BUSCA PELA PACIFICAÇÃO SOCIAL	21
CAPÍTULO 3 – JURISDIÇÃO	23
INTRODUÇÃO	23
1. CONCEITO	26
2. CARACTERÍSTICAS	29
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À JURISDIÇÃO	31
4. PODERES INTRÍNSECOS DA JURISDIÇÃO	34
5. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO	35
6. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA	42
QUADRO ESQUEMÁTICO DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA	44
APÊNDICE	
Soberania estatal e novos endereços jurisdicionais	45
As jurisdições internacionais	54
CAPÍTULO 4 – AÇÃO	57
1. CONCEITO	57
2. TEORIAS SOBRE O DIREITO DE AÇÃO	57
3. NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO	59
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO	61
5. CARÊNCIA DA AÇÃO	64
6. ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA AÇÃO	65
7. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES NA VISÃO PROCESSUALÍSTICA MODERNA	65
7.1 Segundo o tipo de provimento requerido	65
7.2 Segundo o tipo de tutela e seus efeitos na Ação de Cognição	66

CAPÍTULO 5 – PROCESSO	71
1. PROCESSO – INSTRUMENTO EFETIVO À AMPLA PROTEÇÃO DOS DIREITOS	71
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO	73
2.1 O processo como contrato	74
2.2 O processo como quase-contrato	74
2.3 O processo como instituição	74
2.4 O processo como situação jurídica	75
2.5 O processo como relação jurídica	76
QUADROS ESQUEMÁTICOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS ...	78
3. EFETIVIDADE DO PROCESSO E SEUS PRINCÍPIOS	80
3.1 Princípios de Direito Processual Civil	83
4. PROCESSO E SUA CLASSIFICAÇÃO	89
5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	90
6. PROCEDIMENTO	92
6.1 Determinação do procedimento	92
 CAPÍTULO 6 – PROCESSO CIVIL E SEUS PARTÍCIPES	 95
1. PARTES	95
1.1 Conceito	95
1.2 Capacidade de ser parte e capacidade processual (art. 7º do CPC)	96
1.2.1 Capacidade processual dos cônjuges (art. 10 do CPC)	97
1.2.2 Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais (art. 12 do CPC)	100
1.2.3 Curatela especial (art. 9º do CPC)	101
1.2.4 Substituição de partes – “Sucessão processual” (arts. 41 a 43 do CPC)	102
1.2.5 Incapacidade processual e a irregularidade da representação (art. 13 do CPC)	103

1.3 Substituição processual (art. 6º do CPC)	104
2. ADVOGADOS	105
2.1 Capacidade de postulação	105
2.2 O mandato judicial	107
2.3 Direitos e deveres específicos	107
3. LITISCONSÓRCIO (ART. 46 E SEGUINTE DO CPC)	108
3.1 Conceito	108
3.2 Classificação	108
3.3 Litisconsórcio facultativo e seus causuísmos legais (art. 46 do CPC)	110
3.4 Litisconsórcio necessário e a exegese do art. 47 do CPC	112
3.4.1 Litisconsórcio necessário e a eficácia da sentença (art. 47, <i>in fine</i> do CPC)	113
3.5 Regime jurídico de cada litisconsorte no processo (arts. 48, 191, 350 e 509 do CPC)	114
4. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	115
4.1 Conceito	115
4.2 Oposição (arts. 56 a 61 do CPC)	117
4.2.1 Conceito	117
4.2.2 Procedimento (arts. 57 a 61)	118
4.3 Nomeação à autoria (arts. 62 a 69 do CPC)	120
4.3.1 Conceito	120
4.3.2 Procedimento (arts. 64 a 68 do CPC)	120
4.4 Denúnciação à lide (arts. 70 a 76 do CPC)	123
4.4.1 Conceito	123
4.4.2 Hipóteses legais	123
4.4.3 Denúnciação da lide e sua obrigatoriedade	125
4.4.4 Procedimento	126
4.4.5 Denúnciações sucessivas	128
4.4.6 Observações pertinentes	129
4.5 Chamamento ao processo (arts. 77 a 80 do CPC)	130

4.5.1 Conceito	130
4.5.2 Hipóteses legais	131
4.5.3 Procedimento	131
4.5.4 Observações pertinentes	132
4.6 Assistência (arts. 50 a 55 do CPC)	132
4.6.1 Conceito	132
4.6.2 Assistência simples (adesiva) e litisconsorcial	133
4.6.3 Procedimento	134
4.6.4 Poderes e ônus processuais do assistente (art. 52 do CPC)	134
4.6.5 A eficácia da coisa julgada e sua extensão (art. 55 do CPC)	135
4.6.6 Observações pertinentes	136
5. MINISTÉRIO PÚBLICO	136
5.1 Definições e garantias	136
5.2 O Ministério Público no CPC	137
6. JUIZ	137
6.1 Conceito e garantia	137
6.2 Poderes e deveres	138
6.3 Impedimento e suspeição	139
6.3.1 Disposições gerais	139
6.3.2 Juiz impedido	139
6.3.3 Juiz suspeito	140
CAPÍTULO 7 – COMPETÊNCIA	141
1. BREVE NOÇÃO E CONCEITUAÇÃO	141
2. DETERMINAÇÃO LEGISLATIVA DA COMPETÊNCIA	142
3. CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA	142
3.1 Competência internacional	142
3.2 Competência interna	143
4. AVERIGUAÇÃO DA COMPETÊNCIA (POSSÍVEL ROTEIRO METODOLÓGICO) ...	149

5. COMPETÊNCIAS RELATIVA E ABSOLUTA	150
6. PRORROGAÇÕES DA COMPETÊNCIA	151
7. PREVENÇÃO	154
8. CONFLITO DE COMPETÊNCIA (ART. 115 E SEGUINTE)	154
 CAPÍTULO 8 – ATOS PROCESSUAIS	 157
1. CONCEITO	157
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	157
3. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	162
4. PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	162
5. O TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	163
6. PRAZOS	164
6.1 Introdução	164
6.2 Classificação	164
6.2.1 Prazos legais, judiciais e convencionais	164
6.2.2 Prazos comuns e prazos particulares	165
6.2.3 Prazos dilatórios e prazos peremptórios	165
6.2.4 Prazos próprios e prazos impróprios	166
6.3 Contagem dos prazos	166
6.4 Preclusão	169
7. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ART. 200 E SEGUINTE)	170
7.1 Citação	170
7.1.1 Destinatário da citação inicial	170
7.1.2 Impedimento legal de realização da citação	172
7.1.3 Lugar da citação	172
7.1.4 Tipos da citação	172
7.1.5 Efeitos da citação	175
7.2 Intimação (art. 234 e seguintes)	177
7.2.1 Tipos de intimação	178
7.2.2 Supressão da intimação	178

7.2.3 Privilégio do MP	178
8. NULIDADES	179
8.1 Introdução	179
8.2 Atos nulos e inexistentes	179
8.3 O CPC e o regramento das nulidades	180
 CAPÍTULO 9 – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	 183
1. FORMAÇÃO DO PROCESSO	183
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO	184
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO	188
3.1 Noções gerais	188
3.2 Extinção do processo sem resolução de mérito	188
3.3 Extinção do processo com resolução de mérito	193
 CAPÍTULO 10 – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUAS FASES	 197
 INTRODUÇÃO	 197
1. FASE POSTULATÓRIA	198
1.1 Petição inicial	198
1.1.1 Requisitos (art. 282 do CPC)	198
1.1.2 Despacho	200
1.1.3 Casos de indeferimento da petição inicial	201
1.1.4 Extensão do indeferimento	201
1.2 Pedido	202
1.2.1 Classificação	202
1.2.2 Pedido como limitador da atividade jurisdicional ...	202
1.2.3 Pedido genérico	203
1.2.4 Pedido cominatório (art. 287 do CPC)	204

1.2.5 Pedido alternativo (art. 288 do CPC)	205
1.2.6 Pedidos sucessivos (art. 289)	205
1.2.7 Pedido de prestações periódicas (art. 290)	205
1.2.8 Cumulação de pedidos (art. 292)	206
1.2.9 Aditamento ao pedido	207
1.3 Tutela antecipada	207
1.3.1 Noções gerais	207
1.3.2 Requisitos para a concessão da tutela antecipada	208
1.4 Resposta do réu	210
1.4.1 Noções gerais	210
1.4.2 Classificação das espécies de defesa	211
1.4.3 Prazo para a resposta do réu	212
1.4.4 Forma	213
1.5 Contestação	213
1.5.1 Noções gerais	213
1.5.2 Ônus da impugnação especificada	214
1.5.3 Conteúdo da contestação	214
1.6 Exceções	215
1.6.1 Conceituação e noções gerais	215
1.6.2 Prazo e efeito da exceção	215
1.6.3 Exceção de incompetência	216
1.6.4 Exceções de impedimento e suspeição	217
1.7 Reconvenção	219
1.7.1 Conceituação	219
1.7.2 Pressupostos	219
1.7.3 Procedimento	222
1.7.4 Autonomia da reconvenção	222
1.8 Revelia e reconhecimento do pedido	223
1.8.1 Revelia – conceito (art. 319 e seguintes)	223
1.8.2 Efeitos da revelia em sentido estrito	224
1.8.3 Efeitos da revelia em sentido amplo	224

1.8.4 Não incidência dos efeitos da revelia.....	225
1.8.5 Reconhecimento da procedência do pedido	226
2. FASE SANEADORA	227
2.1 Providências preliminares	227
2.1.1 Breve introdução	227
2.1.2 Hipóteses para a incidência ou não das providências preliminares	228
2.2 Ação declaratória incidental (arts. 5º e 325)	228
2.2.1 Breve introdução	228
2.2.2 Conceito	229
2.2.3 Pressupostos de admissibilidade	230
2.2.4 Prazo	230
2.2.5 Procedimento	231
2.2.6 Outras providências preliminares	231
3. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	232
3.1 Breves noções	232
3.2 Extinção do processo (art. 329)	232
3.3 Julgamento antecipado da lide (art. 330)	232
3.4 Audiência preliminar e “despacho saneador” (art. 331)	233
4. FASE INSTRUTÓRIA OU PROBATÓRIA	234
4.1 Conceito	234
4.2 Ônus da prova	234
4.3 Fatos que independem de prova	235
4.4 Modalidades de provas	237
4.4.1 Depoimento pessoal	238
4.4.2 Confissão	238
4.4.3 Exibição de documento ou coisa	239
4.4.4 Prova documental	240
4.4.5 Prova testemunhal	242
4.4.6 Prova pericial	246
4.4.7 Inspeção judicial	247
4.4.8 Prova emprestada	248

4.5 Audiência de instrução e julgamento	248
4.5.1 Conceituação e breves considerações	248
4.5.2 Características	249
4.5.3 Atividades preparatórias	250
4.5.4 A audiência e suas fases	251
4.5.5 Possibilidades de adiamento da audiência (art. 453)	253
5. FASE DECISÓRIA – SENTENÇA	255
5.1 Sentença	255
5.1.1 Conceituação e noções gerais	255
5.1.2 Sentenças terminativa e definitiva	256
5.1.3 Requisitos da sentença (art. 458 do CPC)	257
5.1.4 Emendas à sentença (art. 463)	260
5.1.5 Classificação das sentenças e seus efeitos	260
5.1.6 Coisa julgada (arts. 467 a 475)	264
 CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO SUMÁRIO	 271
1. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	271
2. CAUSAS SUJEITAS AO PROCEDIMENTO SUMÁRIO (ARTS. 275, I E II, E LEIS EXTRAVAGANTES)	271
3. INDISPONIBILIDADE DO RITO SUMÁRIO	274
4. ATOS DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	274
4.1 Petição inicial e seu despacho	274
4.2 Citação	274
4.3 Audiência de conciliação	275
4.3.1 Resposta do réu (art. 278 e arts. 300 a 303)	276
4.3.2 Audiência de instrução e julgamento	277
 CAPÍTULO 12 – RECURSOS	 279
1. RECURSOS	279

1.1 Conceito	279
1.2 Natureza jurídica do recurso	280
1.3 Atos sujeitos a recurso	280
1.4 Princípios gerais dos recursos	281
1.5 Recurso adesivo	281
1.6 Requisitos de admissibilidade	282
1.6.1 Legitimidade	283
1.6.2 Inexistência de fato impeditivo	283
1.6.3 Recorribilidade da decisão	284
1.6.4 Adequação do recurso	284
1.6.5 Tempestividade	285
1.6.6 Preparo	286
1.6.7 Forma e motivação	286
1.7 Juízo de admissibilidade	286
1.8 Efeitos dos recursos	287
1.9 Extinção anormal do recurso	288
2. APELAÇÃO	288
2.1 Conceito e delimitação	288
2.2 Interposição	289
2.3 Prazo	290
2.4 Efeitos	291
2.5 Questões novas	293
2.6 Procedimento	293
3. AGRAVO	295
3.1 Conceito e forma	295
3.2 Legitimidade	295
3.3 Prazo para interposição	296
3.4 Efeitos	296
3.5 Agravo de instrumento	297
3.5.1 Lugar e forma de interposição	297
3.5.2 Documentos obrigatórios	298
3.5.3 Preparo	298

3.5.4 Procedimento no tribunal	298
3.5.5 Agravo para o STF e o STJ	299
3.6 Agravo retido	300
3.6.1 Cabimento	300
3.6.2 Interposição	301
3.7 Juízo de retratação	301
4. EMBARGOS INFRINGENTES	302
4.1 Delimitação	302
4.2 Interposição	303
4.3 Prazo	303
4.4 Efeitos	304
4.5 Procedimento	304
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	304
5.1 Delimitação	304
5.2 Interposição	305
5.3 Prazo	305
5.4 Efeitos	306
5.5 Procedimento	306
6. RECURSO ORDINÁRIO	307
6.1 Delimitação	307
6.2 Interposição	308
6.3 Prazo	308
6.4 Efeitos	309
6.5 Procedimento	309
7. RECURSO ESPECIAL	310
7.1 Delimitação	310
7.2 Interposição	310
7.3 Prazo	311
7.4 Efeitos	312
7.5 Procedimento	312
8. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	313

8.1 Delimitação	313
8.2 Interposição	314
8.3 Prazo	314
8.4 Efeitos	315
8.5 Procedimento	315
9. RECURSO INOMINADO	316
9.1 Delimitação	316
9.2 Interposição	316
9.3 Prazo	317
9.4 Efeitos	317
9.5 Procedimento	318
10. AÇÃO RESCISÓRIA	318
10.1 Conceito	318
10.2 Hipóteses de cabimento	319
10.3 Legitimidade	324
10.4 Ajuizamento	324
10.5 Prazo	325
10.6 Procedimento	325
BIBLIOGRAFIA	327

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XXV
APRESENTAÇÃO.....	XXIX

PARTE I PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – JURISDIÇÃO, EFETIVIDADE DO PROCESSO E A SATISFAÇÃO DOS DIREITOS.....	3
1. INTRODUÇÃO E NOÇÃO CONCEITUAL DE EXECUÇÃO	3
2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E O PANORAMA DA SATISFAÇÃO DOS DIREITOS: PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	5
CAPÍTULO 2 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO “CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO”	15
1. INTRODUÇÃO	15
2. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	16
2.1 Princípios gerais do Processo Civil e sua aplicabilidade na atividade jurisdicional executiva	16
2.2 Princípio da Realidade (patrimonialidade).....	17
2.3 Princípio da Especificidade (exato cumprimento).....	17

2.4 Princípio da utilidade.....	18
2.5 Princípio da menor onerosidade (menor sacrifício do executado)	18
2.6 Princípio do ônus da execução (responsabilidade do devedor).....	19
2.7 Princípio do contraditório.....	19
3. PARTES	21
3.1 Legitimidade Ativa	21
3.2 Legitimidade Passiva	24
4. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	29
4.1 Fraude à Execução.....	34
5. COMPETÊNCIA	37
5.1 Competência para os Títulos Judiciais (art. 475-P)	37
5.2 Competência para os Títulos Extrajudiciais (art. 576)	40
6. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO	41
6.1 Inadimplemento do Devedor	41
6.2 Título Executivo	42
7. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 475-A A 475-H)	60
7.1 Noções gerais; necessidade e finalidade.....	60
7.2 Liquidação de Sentença e suas modalidades	63
7.3 Liquidação por Arbitramento	67
7.4 Liquidação por Artigos	68
8. EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	71
8.1 Breves noções	71
8.2 Execução Provisória	71
8.3 O caso dos Títulos Executivos Extrajudiciais	75
 CAPÍTULO 3 – O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	 79
1. COGNIÇÃO E EXECUÇÃO: ENTRE A DUALIDADE E UNICIDADE PROCESSUAL	79

2. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA JUDICIAL RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER (ART. 461); DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE (ARTS. 466-A A 466-C); DE ENTREGA DE COISA (ART. 461-A)	82
2.1 Obrigação de Fazer e Não Fazer	82
2.1.1 Tutela Específica como corolário das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa	83
2.1.2 Conteúdos pertinentes à Tutela Específica	85
2.2 Obrigação de Prestar Declaração de Vontade.....	97
2.3 Obrigação de entrega da coisa.....	102
3. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA JUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA (ART. 475-J E SEGS.).....	103
3.1 Cumprimento voluntário pelo devedor e multa cominatória.....	104
3.2 Requerimento do Credor e sua iniciativa	107
3.3 Nomeação de bens, Intimação da Penhora e Avaliação e a segurança do juízo	109
3.4 Constituição de Capital na indenização por ato ilícito	112
3.5 A Impugnação do Executado	114
3.5.1 Impugnação e seu conteúdo.....	116
3.5.2 Efeitos da Impugnação	121
3.5.3 Impugnação e a natureza da decisão.....	122
3.5.4 Impugnação e defesas	124
Cumprimento da sentença	126

CAPÍTULO 4 – PROCESSO DE EXECUÇÃO 127

1. INTRODUÇÃO	127
2. CLASSIFICAÇÃO DAS EXECUÇÕES E MEDIDAS EXECUTIVAS	128
3. EXECUÇÕES EM ESPÉCIE	130
3.1 Execução para entrega de coisa certa e incerta (arts. 621 a 631).....	130

3.2 Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer (arts. 632 a 645)	134
3.3 Execução por quantia certa contra devedor solvente (arts. 646 a 724).....	138
3.3.1 Procedimento	139
4. MODALIDADES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	192
4.1 Execução contra a Fazenda Pública	192
4.2 Execução de Prestação Alimentícia.....	196
4.3 Execução Fiscal.....	202
5. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE ..	209
5.1 Breves considerações	209
5.2 Insolvência requerida pelo credor	212
5.3 Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	213
5.4 A Declaração Judicial de Insolvência	214
5.5 Verificação e Classificação dos créditos	215
5.6 Pagamento aos Credores e Saldo Devedor.....	216
5.7 Extinção das Obrigações	217
PROCESSO DE EXECUÇÃO (LIVRO II) – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	222
CAPÍTULO 5 – EMBARGOS DO EXECUTADO	225
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	225
2. NATUREZA JURÍDICA	225
3. DO PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS	227
3.1 Legitimidade para embargar.....	227
3.2 A segurança do juízo – desnecessidade.....	227
3.3 Distribuição dos embargos e sua autuação.....	228
3.4 Prazo para embargar	229
3.5 Rejeição liminar dos Embargos.....	232
3.6 Dos efeitos.....	235
4. DOS EMBARGOS PARCIAIS	237

5. EMBARGOS DE UM DOS CO-EXECUTADOS (OU SUBJETIVAMENTE RESTRITOS).....	237
6. DAS MATÉRIAS QUE PODEM SER VEICULADAS NOS EMBARGOS	239
7. CONTRADITÓRIO E REVELIA NO PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS DO EXECUTADO.....	244
8. EMBARGOS DO EXECUTADO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS E RESISTÊNCIA À EXECUÇÃO	248
9. QUESTÕES INCIDENTAIS COM REFLEXOS NO ATO DE EMBARGAR.....	249
10. EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO, ALIENAÇÃO OU ARREMATACÃO.....	251
11. OUTROS MEIOS DE DEFESA. A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ..	253
11.1 Noções gerais	253
11.2 Origem do instituto	254
11.3 Natureza prática do instituto.....	256

CAPÍTULO 6 – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES.....

1. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	259
2. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	261

PARTE II

PROCESSO CAUTELAR

CAPÍTULO 7 – TEORIA GERAL DO PROCESSO CAUTELAR

1. NOÇÕES GERAIS	265
2. MEDIDAS CAUTELARES E SUA CLASSIFICAÇÃO (ART. 798 DO CPC) ..	267
2.1 Requisitos necessários à concessão da medida cautelar....	269
2.2 Legitimidade das partes (arts. 797 e 801 do CPC).....	270
2.3 Competência no Processo Cautelar (art. 800 do CPC).....	271
2.4 Poder geral de cautela do juiz (arts. 798 e 799 do CPC)...	271

3. PROCEDIMENTO-GERAL OU COMUM DO PROCESSO CAUTELAR (ARTS. 801 A 803 DO CPC).....	273
3.1 Introdução.....	273
3.2 Aplicação.....	274
3.3 Procedimento.....	274
3.4 Sentença e coisa julgada no Processo Cautelar (art. 810 do CPC).....	276
3.5 Modificação e cessação da medida cautelar (arts. 805, 807 e 808 do CPC).....	277
3.6 Responsabilidade Civil do requerente.....	280
3.7 Quadro esquemático – Processo Cautelar (Procedimento- Geral ou Comum – arts. 801 a 803).....	282

CAPÍTULO 8 – PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS..... 283

1. INTRODUÇÃO	283
2. ARRESTO (ARTS. 813 A 821 DO CPC)	284
2.1 Conceito	284
2.2 Distinções.....	284
2.3 Requisitos.....	285
2.4 Procedimento.....	286
3. SEQÜESTRO (ARTS. 822 A 825 DO CPC).....	287
3.1 Conceito	287
3.2 Distinções.....	287
3.3 Cabimento	287
3.4 Procedimento.....	288
4. CAUÇÃO (ARTS. 826 A 838 DO CPC)	288
4.1 Conceito	288
4.2 Espécies.....	288
4.3 Procedimento.....	289
5. BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 839 A 843 DO CPC).....	290
5.1 Conceito	290

5.2 Distinções	291
5.3 Procedimento.....	291
6. EXIBIÇÃO (ARTS. 844 E 845 DO CPC)	292
6.1 Conceito	292
6.2 Distinções	292
6.3 Cabimento	293
6.4 Procedimento.....	294
7. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS (ARTS. 846 A 851 DO CPC)....	294
7.1 Conceito	294
7.2 Cabimento	295
7.3 Procedimento.....	295
8. ALIMENTOS PROVISIONAIS (ARTS. 852 A 854 DO CPC)	296
8.1 Conceito	296
8.2 Distinções	296
8.3 Cabimento	297
8.4 Procedimento.....	298
9. ARROLAMENTO DE BENS (ARTS. 855 A 860 DO CPC).....	298
9.1 Conceito	298
9.2 Distinções	299
9.3 Procedimento.....	299
10. JUSTIFICAÇÃO (ARTS. 861 A 866 DO CPC)	300
10.1 Conceito.....	300
10.2 Distinções	301
10.3 Procedimento	301
11. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES (ARTS. 867 A 873 DO CPC)	302
11.1 Conceito.....	302
11.2 Distinções	303
11.3 Procedimento	303
12. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL (ARTS. 874 A 876 DO CPC)...	304
12.1 Conceito.....	304

12.2 Procedimento	305
13. Posse em nome do nascituro (arts. 877 e 878 do CPC).....	306
13.1 Conceito.....	306
13.2 Procedimento	306
14. ATENTADO (ARTS. 879 A 881 DO CPC).....	307
14.1 Conceito.....	307
14.2 Cabimento.....	308
14.3 Procedimento	308
15. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS (ARTS. 882 A 887 DO CPC) ..	309
15.1 Protesto de Títulos (arts. 882 a 884 do CPC).....	309
15.1.1 Conceito	309
15.1.2 Procedimento.....	310
15.2 Apreensão de títulos (arts. 885 a 887 do CPC)	311
15.2.1 Conceito	311
15.2.2 Procedimento.....	312
16. OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS (ARTS. 888 E 889 DO CPC).....	313

PARTE III

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 9 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA	317
1. INTRODUÇÃO.....	317
2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	320
2.1 Ação de consignação em pagamento	320
2.1.1 Noções gerais.....	320
2.1.2 Hipóteses autorizadas da consignação.....	320
2.1.3 Objeto da consignação em pagamento	321
2.1.4 Modalidades de consignação	321
2.1.5 Procedimentos da consignação.....	322
2.1.6 Observações pertinentes à consignação em pagamento.....	324

2.2 Ação de depósito.....	325
2.2.1 Noções gerais.....	325
2.2.2 Procedimento	326
2.2.3 Sentença e satisfação do direito.....	327
2.3 Ação de anulação e substituição de títulos ao portador	329
2.4 Ação de prestação de contas.....	331
2.4.1 Noções Gerais.....	331
2.4.2 Ação de exigir contas	332
2.4.3 Ação de dar contas.....	333
2.4.4 Natureza dúplice da ação de prestação de contas	333
2.5 Ações possessórias	333
2.5.1 Proteção possessória	333
2.5.2 Fungibilidade das ações possessórias	335
2.5.3 Natureza dúplice das ações possessórias	335
2.5.4 Procedimento das possessórias.....	336
2.5.5 Outros aspectos das ações possessórias.....	336
2.6 Ação de nunciação de obra nova.....	337
2.6.1 Introdução	337
2.6.2 Legitimidade para ação de nunciação de obra nova..	338
2.6.3 Outros aspectos da ação de nunciação de obra nova..	338
2.7 Ação de usucapião de terras particulares.....	339
2.7.1 Breves noções	339
2.7.2 Procedimentos da ação de usucapião de terras particulares.....	340
2.7.3 Outros aspectos da ação de usucapião	341
2.8 Ação de divisão e da demarcação de terras particulares ...	342
2.8.1 Introdução	342
2.8.2 Procedimento da ação demarcatória	344
2.8.3 Procedimento da ação divisória.....	345
2.9 Inventário e partilha	346
2.10 Embargos de terceiros.....	350

2.10.1 Conceito	350
2.10.2 Legitimidade.....	351
2.10.3 Procedimento e demais questões correlatas	352
2.11 Habilitação	354
2.11.1 Considerações gerais	354
2.11.2 Aspectos do procedimento da habilitação	355
2.12 Restauração de autos	356
2.13 Vendas a crédito com reserva de domínio.....	357
2.14 Ação monitória	359
2.14.1 Introdução.....	359
2.14.2 Requisitos	361
2.14.3 Objeto	362
2.14.4 Procedimento	362
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	367
3.1 Alienações judiciais.....	367
3.2 Separação consensual	368
3.3 Testamentos e codicilos.....	371
3.3.1 A sucessão testamentária	371
3.3.2 Abertura, registro e cumprimento do testamento	372
3.3.3 Confirmação do testamento particular.....	373
3.3.4 A execução do testamento	374
3.4 Herança jacente	374
3.5 Bens dos ausentes.....	376
3.6 Coisas vagas	378
3.7 Curatela dos interditos.....	379
3.8 Nomeação e remoção de tutor ou curador.....	383
3.9 Organização e fiscalização das fundações.....	384
3.9.1 Introdução.....	384
3.9.2 Organização e Fiscalização	384
3.10 Especialização da hipoteca legal	386
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	389